



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Legisla-e**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 254, DE 27 DE DEZEMBRO 2012**

Altera a Lei Complementar n. 55, de 9 de julho de 1997, que “Dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências.

**Data de Criação**

27/12/2012

**Data de Publicação**

28/12/2012

**Diário de Publicação**

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 10956, de 28/12/2012

**Origem**

Não informada

**Tipo**

Lei Complementar

**Temática**

- Alteração de Artigos

**Autoria**

- Poder Executivo

**Altera**

- Lei Complementar Nº 55/1997

**Alterada por**

- Sem Alterações

## Texto da Lei

### LEI COMPLEMENTAR N. 254, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

**“Altera a Lei Complementar n. 55, de 9 de julho de 1997, que “Dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências.”**

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** A Lei Complementar n. 55, de 9 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 18 ...**

...

**II** - nas operações e prestações interestaduais destinadas a contribuinte do imposto, doze por

cento, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo;

...

**§ 1º** A alíquota interna será, também aplicada quando:

**I** – nas prestações de serviço de comunicações iniciadas no exterior; e

**II** – da arrematação de mercadoria e bens apreendidos.

**§ 2º** Aplica-se a alíquota de quatro por cento nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que, após o desembaraço aduaneiro:

I – não tenham sido submetidos a processos de industrialização; e

II – ainda que submetidos a processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação e recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a quarenta por cento.

**§ 3º** Não se aplica o disposto no § 2º nas operações interestaduais com:

I - bens e mercadorias importados do exterior que não tenham similar nacional, definidos em lista editada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX - para os fins da Resolução do Senado Federal n. 13/2012; e

II - bens e mercadorias produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis ns. 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2001, e 11.484, de 31 de maio de 2007;

III - gás natural importado do exterior.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

**Art. 3º** Revoga-se o Parágrafo único do inciso V do art. 18 da Lei Complementar n. 55, de 1997.

Rio Branco, 27 de dezembro de 2012, 124º da República, 110º do Tratado de Petrópolis e 51º do Estado do Acre.

**TIÃO VIANA**

Governador do Estado do Acre